



ESTRATÉGIA & AÇÃO

DESPERTAI AMAZONAS !

Nilson Pimentel (*)

Publicado no JCAM em 08/fev/2019

Os profissionais de Economia entendem que o tempo é a variável mais implacável e constante no sistema econômico e para os governos, principalmente, quando se desconhem que caminhos trilhar em termos do Desenvolvimento Econômico Regional, como se está a vivenciar aqui no Estado, estabelecendo a impossibilidade da sociedade conhecer o formato Macroeconômico desse governo para o Amazonas, nada adiantando ser detentor de imensas riquezas naturais, como potenciais econômicos, se não se saber o que fazer.

E, para os pesquisadores do Clube de Economia da Amazônia (CEA) que acreditam na relevância de abordagens participativas e orientações práticas sobre a participação em parcerias das forças da sociedade, e das comunidades locais regionais em projetos de desenvolvimento econômico, é essencial que o novo governante identifique e elabore esses caminhos, notadamente, quais serão as linhas mestras macroeconômicas para o Amazonas em seu mandato.

Portanto, o governo estadual deve acercar-se de equipe de profissionais de Economia que já detêm conhecimentos sobre a Economia Regional, capazes que orientar o corpo funcional do estado, como os secretários das áreas econômicas, no direcionamento de indicativos e elaboração de programas e projetos que permitam ao Amazonas estabelecer um arcabouço macroeconômico para espaço temporal de médio e longo prazos.

O tempo urge!!! E o governo estadual deve assumir a governança da gestão pública de forma efetiva e decisória da realização indicativa de quais os caminhos que o Amazonas seguirá, pelo menos, nesses próximos quatro anos de seu mandato.

Por que se insiste para que todos os processos do Desenvolvimento Econômico Regional sejam sustentáveis, inclusive, economicamente?

Pois, um governo que foi eleito sob o efeito do 'novo', deve sair desse emaranhado de indecisões de consequências nefastas à Economia do Amazonas, cuja necessidade está além da capacidade de realização do governo estadual, quando deve estabelecer um conjunto transparente e previsível de normas e instituições que regulem as ações públicas, na consecução dos objetivos do arcabouço macroeconômico a ser estabelecido.

Primeiramente, deve observar que a boa governança é caracterizada por um processo esclarecido e previsível de formulação de políticas públicas específicas, por corpo de servidores públicos profissionalizados, pelo Poder Executivo que possa ser responsabilizado por suas ações e omissões e por uma sociedade organizada e forte

(exemplo: o Conselho de Economia do Amazonas – CORECON), atuante nas questões de interesse público que a todos afeta.

Faz-se alertar ao atual governante estadual que incorpore a governância da gestão pública estadual, focando naquilo de mais necessário ao funcionamento da administração dessa complicada estrutura orgânica que se transformou a arquitetura organizacional-administrativa do Amazonas, ou ainda, alguém precisa orientar ao novo governante dessa necessidade, como se encontra, está complicado!.

Atualmente, o governo estadual deve assumir o protagonismo do desenvolvimento regional, ampliando-se ainda mais, passando a ser focalizada na capacidade tanto do estado quanto da iniciativa privada (por vias de atração de investimentos produtivos diretos) e da própria sociedade como atores desse processo de desenvolvimento regional.

Os pesquisadores do CEA insistem para esse novo governante, que a governância é, portanto, bem mais abrangente do que o governo, podendo ser entendida como o exercício da autoridade econômica, política e administrativa para gerenciar o Estado do Amazonas.

Sendo assim, compreendendo os mecanismos, os processos e suas instituições (secretarias e órgãos da administração direta) por meio dos quais todos cidadãos e grupos de interesses se articulam e exercitam seus direitos legais.

Portanto, novo governante, a governância abrange as estruturas institucionais, as políticas, os processos decisórios e as regras formais e informais, relacionadas com temas de interesse público, que determinam como o poder é exercido, como as decisões são tomadas e como os cidadãos participam do processo decisório.

Pronto, já disse!!! Para tanto, cabe ao governo estadual agir para criar condições para o aumento participativo, almejando o Desenvolvimento Econômico Regional nessas atividades da economia regional, tornando-se o governo estadual desempenhador da função mais importante na construção da infra-estrutura física, como plataforma aos processos e ações de desenvolvimento econômico, da arquitetura organizacional-administrativa e que detenha a vontade decisória de realização.

Diz-se mais ainda, que os processos do Desenvolvimento Econômico Regional e a boa governância relacionam-se da forma que o desenvolvimento regional, com seu foco central na melhoria da qualidade de vida das sociedades locais regionais, facilitando o atingimento do desenvolvimento auto-suficiente e da alteração estrutural da economia local regional, nos quais o homem seja o fator principal.

E daí, governador? Vamos à luta?

(*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.